



Grupo Parlamentar

## **DEBATE DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2008**

**António Marinho**

**27 de Novembro de 2007**

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente  
Senhora e Senhores Membros do Governo

As emoções do governo estão ao rubro! Tudo está preparado para o êxtase!

Os “milhões” vão saltar novamente.

Vão sair da boca dos membros do Governo Regional como argumento fatal para a aprovação dos documentos que os acolhem.

Os grandes números, os acréscimos das verbas destinadas ao sector X, à obra Y ou à ilha Z, vão ser usados até à exaustão.

Engana-se redondamente quem pensar que vai ser esquecido o tal empreendimento esperado há inúmeros anos, tantas vezes prometido e outras tantas esquecido. Terá como resposta que não pode contar com ele no próximo ano, mas que não tenha dúvidas de que está prestes a ser concretizado.

É a ladainha que começou a aplicar-se a velhas promessas, algumas das quais se arrastam desde o século passado. Não vão ainda aparecer em 2008, mas certamente verão a luz do dia lá para 2009, 2010, 2011 ou mesmo 2012. É a última moda do governo. Prometer a prazo dilatado.

Com o sorriso espetado no rosto, os senhores deputados socialistas vão repetir os valores e as percentagens antes apresentadas pelos senhores secretários. É uma prática habitual, quase um vício. Um hábito idêntico ao da velha perguntinha feita a seguir à intervenção do senhor secretário, a tal que já está previamente preparada e que abre a porta para a declaração bombástica que pretende impressionar a comunicação social.

O problema é só um. A pouca vontade que começa a haver para esboçar um sorriso por parte dos senhores deputados da bancada rosa. Para alguns, talvez para muitos, ou mesmo para quase todos, satisfação é algo que já não vai existindo com a abundância que o governo pretendia.

É que, quando regressarem às suas ilhas, já sabem o que os espera.

Lá vão ter de se confrontar, mais uma vez, com o desalento e, em muitos casos, com a indignação dos cidadãos que os elegeram.

Do cidadão que se tem limitado a ver cimento a emergir do chão. E, mesmo assim, com a triste sina de tal nem sempre acontecer. Muitas vezes, apenas viu a promessa. A tal que só se vai concretizar, dizem eles, daqui a um, dois, três ou quatro anos.

Do cidadão para quem tarda o dia em que o efeito dos sempre bem propagandeados “milhões” se reflecta também no seu bolso. Mas que se apercebe, nas idas à mercearia, à loja ou ao hipermercado, que agora é preciso mais uma nota para pagar os mesmos produtos, os absolutamente necessários para a subsistência da sua família, embora o dinheiro que recebe apenas tenha crescido algumas moedas.

Do cidadão mais resignado que, pelo menos, procura motivos de ânimo nos discursos, nas notícias, que propagandeiam a maior eficiência de alguns serviços. Do cidadão que até acredita que a espera nos hospitais ou nos centros de saúde se pode tornar mais curta, embora não perceba o facto de se ver cada vez mais para trás na lista e, conseqüentemente, mais longe da consulta ou da intervenção de que necessita.

Do cidadão que tem a esperança de, um dia destes, ver facilitado o acesso ao emprego para os seus filhos, ou até para si próprio, e que se acha imensamente azarado por continuar desempregado, justamente quando o governo diz que emprego é o que não falta nos Açores. Do cidadão que chega ao centro de emprego e só encontra entraves e dificuldades, ficando com a sensação de ser uma presença indesejável, porque contribui para aumentar os “números” de que o governo não gosta.

Do cidadão que, em desespero, já chegou à fala com o senhor director do serviço da sua ilha, mas que continua a aguardar o tal lugarzito prometido para o rapaz, os materiais para o arranjo da casinha, que tem água a entrar pelo tecto do quarto, ou o subsidiozito a que tem direito.

Do cidadão que até conseguiu uma promessa mais pomposa, durante a visita do governo, porque o senhor secretário estava mesmo ali ao lado. Só não achou muito apropriado que lhe tivessem dito que, para a mesma se concretizar, teria de largar as “más companhias”. Não gostou, porque a forma como era olhado nessa altura permitia adivinhar, com facilidade, a quem se estavam a referir. “Que diabo, cada um tem o direito de pensar pela sua cabeça”, pensou, com a tristeza de quem pressente o sucumbir das promessas perante as suas inabaláveis convicções.

Do cidadão, enfim, que acreditou nas palavras e sonhos que lhe venderam, nos efeitos dos muitos “milhões” que anunciaram, mas que não os vê traduzidos em estabilidade de emprego, em maiores rendimentos e na melhoria generalizada das suas condições de vida.

Independentemente da sua cor política, todos os deputados, que contactam regularmente os seus eleitores, sabem bem que assim é. É, por isso, que quem suporta o governo gostaria de não ser obrigado a apresentar-se sorridente neste debate.



Grupo Parlamentar

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente  
Senhora e Senhores Membros do Governo

O desespero invade o governo socialista.

A resposta pronta, que contraria toda e qualquer crítica à governação, mostra que esta não lhe é indiferente. É a prova de que é merecida. É o peso da consciência. É a sensação do dever não cumprido. É o “atirar para a frente” que pretende fazer esquecer a inabilidade demonstrada na promoção do desenvolvimento dos Açores.

As promessas para um futuro que se encontra fora do horizonte desta legislatura, habitualmente nas áreas em que a oposição apresentou propostas, demonstram que a criatividade não se encontra entre as características do governo socialista. Fugiu-lhe, se é que alguma vez existiu.

A declaração, ou a nota para comunicação social, que frequentemente lança as culpas para terceiros, que chega ao ridículo de recuar onze anos para encontrar um alvo, que recorre ao lugar comum e muitas vezes ao insulto, dá nota do incómodo que é sentido, tal como acontece com a criança que acabou de ser apanhada em falta.

A incapacidade, agora, já começou a dar lugar à impaciência. Junta-se a uma mais do que conhecida e comprovada arrogância.

Em muitas circunstâncias, o governo chega a ter reacções mal humoradas, muitas vezes surgidas na sequência de dificuldades apresentadas, de preocupações manifestadas ou até de reivindicações de muitos e muitos anos que lhe são recordadas por diversas entidades, designadamente pelos legítimos representantes de cada ilha, aquando das visitas estatutárias anuais.

O governo socialista acha que anunciar “milhões” é suficiente. Se são, ou não, bem aplicados, é assunto de somenos importância.

Está mais do que visto que os grandes “investimentos” anunciados anualmente não são, obrigatoriamente, a receita de que cada ilha necessita. Funcionam, vezes demais, como balões de oxigénio, cujos efeitos perduram por tempo reduzido. Não é certo que sustentem a actividade económica de forma duradoura. Sem políticas adequadas, sem “alma” que os alimente, geram frequentemente o retorno ao mau ponto de partida, eventualmente mais degradado do que anos antes existia.

O mesmo se passa com as verbas que teoricamente têm sido colocadas à disposição da iniciativa privada pelo governo socialista. Nem pouco mais ou menos são suficientes. Não pelos montantes envolvidos, mas pela falta de outro tipo de abordagem, completa e trabalhada. É fundamental um tratamento de excepção, suficientemente integrado, em que as empresas, designadamente as de pequena e média dimensão, se revejam e sintam que se pode constituir como chave de sucessos futuros.

O simples “atirar dinheiro” que tem caracterizado os anos de governação socialista reduz a acção governativa à distribuição das verbas incluídas no orçamento público, tendendo a gerar os aproveitamentos paupérrimos do costume. Nas ilhas mais carenciadas, invariavelmente, com valores de execução substancialmente mais reduzidos do que os inicialmente apresentados.

Falta muito mais do que dinheiro. Faltam políticas especificamente dirigidas a cada espaço e que sejam adoptadas em simultâneo.

Os tais “milhões”, publicitados e repetidos, podem servir, momentaneamente, como rol de “desculpas” para a incapacidade em criar condições de vida razoáveis às pessoas e às empresas. A sua aplicação, contudo, não tem eliminado a doença, não tem deixado marca, apenas tem eliminado meras “dores de cabeça”, deixando intacto e activo o vírus que ataca o paciente.

É, por isso, que o discurso dos “milhões” está esgotado. O governo socialista reincide, porque gosta de “encher a boca” com obras, com grandes empreendimentos, com inaugurações sempre assinaladas de forma faustosa.

Sabe que não está a abrir o caminho do futuro aos Açores e aos Açorianos. Mas considera que é proveitoso do ponto de vista eleitoral. Como essa é a sua única prioridade, é a ela que aliena a sua acção.

Especialmente para 2008, ano de eleições, é a esse desígnio que os socialistas se entregam.

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Falemos, agora, no realismo orçamental de que os Açores necessitam.

Gostaríamos de ter novidades sobre o assunto. Não temos, confessamos.

Não temos, porque o governo repete o que anda a fazer há onze anos. De forma mais refinada durante esta legislatura. Este governo, mais uma vez, não vai mudar as práticas incorrectas em que tem andado envolvido.

Este governo não gosta de abrir as “portas orçamentais” aos olhos dos Açorianos.

Gosta de se manter “fechadinho”, sem mostrar, em toda a dimensão, como anda a gerir os recursos públicos. Como se fosse seu o dinheiro que gere em nome daqueles que, em eleições, lhe abriram essa possibilidade.

Esta característica, aliás, está bem expressa na informação prestada no relatório do Orçamento sobre a situação do Sector Público Empresarial Regional. Abandonando o quadro com inúmeros dados que apresentou durante alguns anos, aparece agora com um texto descritivo, que faz referência a resultados, a volumes de negócios, a activos, a libertação de recursos ou a valor acrescentado. Curiosamente, não divulga os passivos. Porque será? Não temos dúvidas.

As situações repetem-se, assim como se repetirão futuramente as eternas recomendações que o Tribunal de Contas apresenta anualmente nos Pareceres da Conta da Região. Aquelas que, há anos e anos, o governo socialista teima em não acatar, a que faz as “orelhas moucas” a que estamos habituados.

Repetem-se, também, previsões ladeadas por situações de incerteza, carentes de garantias em relação ao facto de se poderem vir a constituir como receita.

Ainda que haja dúvidas quanto à sua exequibilidade, servem para engordar os valores da despesa que se apresenta aos Açorianos como executável durante o ano 2008.

Dirá o governo: “Pois bem, é isso que interessa. Muito mais num ano que termina com eleições. E para quê essa preocupação, se apenas queremos despesa para os primeiros nove meses? Depois das eleições, se cá ficarmos, dinheiro é só para constar.”

Os “truques” detectáveis à partida também se mantêm. Entre outros, as despesas de funcionamento travestidas em despesas de investimento. Ou os valores claramente desorçamentados, vertidos para instrumentos que o Governo tem vindo a criar, designadamente as estranhas e conhecidas sociedades anónimas que o governo tem criado a uma velocidade estonteante.

E a dotação provisional, que em 2008 se eleva quase ao dobro e pode ser utilizada para umas despesitas que o calor das eleições pode suscitar? E o desaparecimento dos limites nos descongelamentos para admissão de pessoal, que pode ser proveitoso para o mesmo efeito?

Quanto ao Serviço Regional de Saúde, alguém acredita que já conseguiu “desamarrar-se” da clara suborçamentação a que foi remetido? Não é óbvio que, se a sua dívida se mostra crescente ano a ano, com taxas de crescimento que quase atingem 30%, é porque as suas receitas são mais do que insuficientes para arcar com as despesas que tem de suportar? Será que o crescimento de 4% nas transferências ao mesmo destinadas resolve o problema? Será mesmo que nenhuma unidade de saúde se vai endividar?

Só não vê quem não quer ver. Ou quem nisso não está interessado.

Num ano que o governo destaca como “livre” de avales, até parece que o problema da dívida pública não se coloca. Como é óbvio, continua vivo, em função do valor acumulado que continua a manter. Aquele que, devido à irresponsabilidade, chegou a um montante quatro vezes superior ao que atingia no fim de 2002. A propósito, é agora



Grupo Parlamentar

que vão ser definitivamente assumidos os “esconderijos” para onde foi remetida a dívida pública e onde ainda se encontra alojada?

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Por mais um ano, cá estamos com “os maiores de sempre”. “Como sempre”, é o que nos sugere dizer.

Já sabemos que é aí que reside a força do discurso socialista. É compreensível, já que só esse argumento permite manter, a custo, o sorriso e a alegria no rosto.

Triste contentamento!

Para nós, que nos preocupamos com as pessoas, onde concentramos o objectivo desta nobre actividade que é a política, o que verdadeiramente nos interessa é discutir o que vai resultar da sua execução.

“Maiores resultados”. É o que queremos e é o que esperam os Açorianos, que têm visto, com o passar dos anos, que as avultadas verbas que têm sido despendidas não se têm traduzido em melhorias sensíveis, designadamente quando se estabelece uma comparação com a média europeia.

A verdade é que a aposta deste governo continua a ser a mesma. Betão, sempre betão. Obras públicas, sempre as eternas obras públicas. Interessantes? Talvez. Prioritárias? Nem todas.

No entanto, o governo reforça essa aposta. Como tem vindo a fazer, sem levantar ondas, ao longo dos anos.

Quando seria de esperar o reforço nas pessoas e nas empresas, nos factores de aumento de competitividade, o governo dedica-lhes, ano a ano, uma parte sempre menor dos valores do investimento.

Quem ganha expressão? O betão, obviamente, com especial incidência no próximo ano que, para quem possa estar distraído, é ano de eleições.

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Por muito que o governo tente esconder, omitir, não responder, baralhar, distorcer argumentos, lembrar dados estatísticos já conhecidos há meses, ou até anos, utilizar

argumentos lamechas, destituídos de fundamento, de fraca consistência técnica e científica, não consegue livrar-se da realidade que detesta enfrentar.

A verdade é que a Região ocupa o último lugar do país nos indicadores de poder de compra, facto que as pessoas seguramente sentem no seu dia a dia. Também é evidente que a situação paradisíaca em termos de emprego apregoada no “papel” não dá resposta a quem procura uma situação estável nesse domínio.

Por muito que custe ao governo admitir, de acordo com o Eurostat, no início do último quadro comunitário de apoio, em 2000, os Açores tinham um PIB per capita correspondente a 67.7% da média da União Europeia a 27. Em 2003, uma quebra acentuada levou-o a 66.9% e em 2004 deu-se nova descida para 65.9%, sendo forte a possibilidade de existirem novos recuos nos anos seguintes.

Depois de sete anos de aplicação de meios financeiros europeus, que aqui chegaram para assegurar os caminhos da convergência, os Açores afastam-se dos patamares médios da Europa. Numa palavra, estão em divergência.

Embora essa palavra pareça ter sido banida do dicionário socialista, que faz com que os membros do governo e seus apoiantes dela fujam “como o diabo da cruz”, não admitindo um facto que é evidente aos olhos de todos, há uma excepção.

O Presidente do Governo Regional não teve tais pruridos e disse que esse indicador de riqueza e de emprego podia “esperar mais um bocadinho”. Embora com uma postura inacreditável, quer pela ironia despropositada, quer pelo baixar de braços subjacente, o senhor Presidente teve, pelo menos, a virtude de concordar que os Açores estão em divergência com a União Europeia.

Senhor Presidente, a sua confissão é merecedora de parabéns. Apenas, e só, por não ter fugido às responsabilidades.

Quanto ao resto, tem a obrigação de se explicar perante os Açorianos, que sentem na pele os efeitos do fracasso que o senhor assumiu, em nome do seu governo.

Disse